

ID: 119465211

06-10-2025

RICARDO PAES MAMEDE ECONOMISTA

“A noção de défice como um problema é equivocada”

Ricardo Paes Mamede avisa que o Governo não vai conseguir cortar impostos, subir a despesa e manter excedentes e o ritmo de redução da dívida. O economista desvaloriza o regresso aos défices, admitindo que continuaria a ser possível ter menos dívida. Margem devia ser direcionada para serviços públicos, afirma.

SUSANA PAULA

susanapaula@negocios.pt

Crítico do ritmo acelerado da redução da dívida pública, Ricardo Paes Mamede avisa que o Governo não vai conseguir fazer a quadratura do círculo: ter excedentes, reduzir muito a dívida e os impostos e aumentar a despesa. O professor do ISCTE desvaloriza os défices e defende que seria preferível manter a dívida a descer menos, direcionando a margem para serviços públicos.

O que espera do OE 2026?

O OE tem uma vaga relação com o que efetivamente depois é feito ao nível das despesas e das receitas do Estado. Em particular na despesa pública, há um nível de arbitrariedade relevante do Ministério das Finanças que faz com que não se gaste o que estava previsto. Nos últimos anos, os desvios têm sido no mesmo sentido: há mais receita e há menos despesa [executada na Conta Geral do Estado] do que estava previsto. Tem sido muito à custa disso que se têm conseguido fazer brilharetes orçamentais. Por isso, habituei-me a olhar para o OE mais como um momento de comunicação do Governo em funções do que como um documento de planeamento do Estado.

Que mensagem é essa que este Governo quer passar?

Uma primeira é que continua comprometido com a estratégia de redução acelerada do rácio da dívida pública. A meu ver, para lá do justificável. Depois a ideia de redu-

zir impostos. E, finalmente, sempre uma mensagem sobre investimento nos serviços públicos. Mas não é possível fazer as três coisas ao mesmo tempo. Não é possível reduzir a dívida aos ritmos bastante acelerados que têm existido, baixar significativamente os impostos e aumentar a despesa pública. Um Governo que diz que vai fazer estas três coisas e no final ainda vai ter excedente não está a contar a história toda.

O que é que está a esconder?

Não é algo específico deste Governo. A opção que tem sido feita nos últimos dez anos, pelos vários governos, tem sido sempre privilegiar o ritmo de redução da dívida pública em percentagem do PIB, o que tipicamente tem sido feito...

À custa do investimento?

À custa da despesa pública. Nos anos mais recentes houve alguma recuperação, mas em termos reais é muito modesta. Basta olharmos para o rácio da despesa pública em percentagem do PIB. Portugal tem hoje o 6.º rácio da despesa pública sobre o PIB mais baixo da União Europeia. Há dez anos tínhamos o

mesmo nível neste rácio que a UE (50%). Hoje [2024] a média da UE é 49,2% e Portugal é 42,8%. Não há nenhum caso de uma redução tão acentuada da despesa pública sobre o PIB. A ideia de que o peso do Estado no PIB tem vindo a aumentar é uma total ficção que não corresponde à realidade.

O Conselho das Finanças Públicas (CFP) tem alertado para subidas.

A discussão de organismos como a UTAO, o CFP ou o Banco de Portugal centra-se muito na noção de despesa permanente, o que suscita algumas preocupações sobre níveis de despesa que não sabemos se vamos ser capazes de cumprir. Mas o aumento da despesa permanente não corresponde a um aumento da despesa global em percentagem do PIB. Além disso, boa parte deste aumento da despesa permanente é a substituição de contratos estáveis no Estado com recurso a esquemas para satisfazer necessidades imediatas que, na verdade, são muito mais custosas para o Estado. Em que os tarefasiros no Serviço Nacional de Saúde são o caso mais óbvio.

“O Governo mantém uma estratégia de redução acelerada do rácio da dívida pública para lá do justificável.”

“A ideia de que o peso do Estado no PIB tem vindo a aumentar é uma ficção.”

Nas novas regras europeias o controlo da despesa é central para a redução da dívida.

Sou completamente favorável a uma trajetória de descida do rácio da dívida em percentagem do PIB. [Mas] não vejo motivos para que Portugal seja o país entre os mais endividados da UE que fez essa descida de forma mais abrupta. Portugal era o 3.º país com o rácio da dívida mais elevado, hoje é o 6.º – e com um valor de pontos percentuais da redução dessa dívida que não tem paralelo, nem sequer na Grécia. É muito difícil convencerem-me de que vale a pena não fazer investimentos urgentes, e que já vão tarde, nas infraestruturas, nos serviços públicos, porque é preciso ter este ritmo de descida.

Quando era ministro, Mário Centeno disse que a redução da dívida e os excedentes eram o melhor ativo para as gerações futuras. Discorda?

Não discordo no abstrato. A redução da dívida é uma trajetória que temos de fazer, por motivos de soberania e de redução de custos de financiamento. Agora, não vejo motivos para que tenhamos saldos orçamentais de 0,5%, 1%, 2% do PIB quando temos necessidades urgentes de investimento que nos podem poupar dinheiro no futuro. Isso não é racionalidade, isso é irracionalidade económica.

Não o preocupa o regresso aos défices?

A noção de défice como um problema é equivocada. O que nos interessa em termos de sustentabilidade é o rácio da dívida em percentagem do PIB. Desde que o PIB suba mais rapidamente do que a dívida, nós baixamos esse rá-

cio. É perfeitamente compatível...

Com défices?

Digo mais: poderíamos continuar a ser campeões do ritmo de redução da dívida mantendo ligeiros défices.

Com os níveis de crescimento atuais do PIB?

Sim. É tudo uma questão de escolha. Se queremos continuar a ser campeões do ritmo de redução da dívida, achando que isso vai ter um impacto gigantesco nas condições de financiamento...

Não tem?

É óbvio que tem algum, mas seguramente não precisávamos deste ritmo para ter as condições que já temos, que não se afastam das de outros países. Ou se queremos uma sociedade mais equilibrada, que junta sustentabilidade financeira com resposta às populações.

Como é que isso é compatível com as regras europeias?

Não há nenhuma impossibilidade. Não estou a falar de défices de 5%. Estamos a falar de pequenos défices, na ordem de 0,5%.

Ainda há o travão na despesa líquida a considerar.

A despesa líquida não tem a ver só com aquilo que se gasta, tem a ver também com as receitas que se têm. Não é possível fazer aquilo que o Governo insiste em dizer que é possível, que é ter saldos positivos, aumento da despesa, diminuição dos impostos e reduzir muito a dívida pública. Mas não é impossível ter uma política que seja menos irresponsável do ponto de vista da sustentabilidade da nossa sociedade e economia. ■



“Não conheço nenhum país que tenha crescido por causa dos baixos impostos”

Ricardo Paes Mamede recusa “visão simplista” para promover crescimento da economia portuguesa. Na Irlanda, contrapõe que tem sido a educação e estratégias a longo prazo a puxar pelo crescimento mais do que uma baixa taxa de IRC.

O Governo prepara-se para uma redução de IRC que, em termos orçamentais, terá maior expressão do que a do IRS. As empresas precisam mais deste alívio fiscal?

Eu não estou nada convencido dos argumentos segundo os quais os problemas da competitividade da economia portuguesa se resolvem por via fiscal.

Porquê?

Primeiro porque os grandes investimentos em Portugal, aqueles que têm efetivamente um impacto substancial em prazos relativamente curtos no desempenho da eco-

nomia face ao exterior, são negociados caso a caso, têm benefícios de subsídios diretos, têm benefícios fiscais específicos... Portanto, a ideia de que ao baixarmos o IRC vamos atrair investimento que não existiria em Portugal de outra forma não é simplesmente verdade. Em segundo lugar, é óbvio que se nós reduzirmos os custos para as empresas, isso cria um incentivo adicional para que se iniciem negócios. Agora, é preciso pensar se queremos incentivar qualquer espécie de negócio em Portugal. Não estou convencido disso e, portanto, sou favorável a evoluções fiscais mais seletivas. E, em terceiro lugar, devemos pensar se os benefícios esperados dessa abajamento fiscal compensam os custos associados.

E compensam?

Eu não conheço nenhum país do mundo que tenha crescido por causa dos baixos impostos.

A Irlanda costuma ser dada como exemplo.

Eu podia usar outro indicador, muito mais evidente para o crescimento económico, que é o nível de educação da população. A Irlanda tem uma proporção da po-

pulação que concluiu o 12.º ano que é 20 pontos percentuais superior à proporção em Portugal. A diferença nas taxas de imposto é muito menor do que a variabilidade nas taxas de educação. Se queremos alguma variável que

tem potencial de explicação das diferenças de desempenho económico é a educação, não são as taxas de imposto.

Como potenciar o crescimento económico, então?

Se nós queremos ter crescimento económico não podemos achar que, intervindo apenas numa pequena coisa, se vai resolver os problemas globais. Países que cresceram muito, tipicamente, tiveram muitas medidas a serem implementadas. É o caso também da Irlanda. Em Portugal não se faz escolhas. Estamos a ser governados por pessoas que acham que basta criar umas condições de contexto favoráveis ao investimento e o crescimento há de vir como a chuva cai do céu. Não há nenhuma experiência de crescimento económico a nível internacional que tenha funcionado assim. Precisamos de projetar a prazo, de identificar as capacidades que o país tem, de ser capazes de articular investimento público e investimento privado. Tudo isso implica não ter esta visão simplista de que o mercado resolve tudo desde que desatemos a baixar os custos. Isso traz um problema. ■

PERFIL

Economia e políticas vistas por um “social-democrata radical”

Ricardo Paes Mamede é licenciado pelo ISEG em Economia, mestre em Economia e Gestão de Ciências Tecnológicas, e doutorado em Economia pela Università Luigi Boconi, em Itália. É professor auxiliar e subdiretor do Departamento de Economia Política do ISCTE, onde leciona desde 1999 na área da Economia e Políticas Económicas. É também presidente da Direção do Instituto para as Políticas Públicas e Sociais. Numa entrevista ao Público em 2018, disse identificar-se como um “economista social-democrata radical”, o que significa que aceita a economia de mercado, mas que defende que esta lógica não deve prevalecer em todas as áreas, como na saúde ou nas relações laborais. Nasceu em Coimbra, em 1974. Colunista do Público e presença assídua na RTP.

ID: 119465211

06-10-2025

RICARDO PAES MAMEDE ECONOMISTA

“Vivemos na ficção de que o mercado de trabalho é rígido”

Ricardo Paes Mamede lembra as alterações à lei laboral dos últimos 20 anos e recusa que Portugal tenha um mercado laboral muito rígido. Professor do ISCTE pede estudos.

SUSANA PAULA

susanapaula@negocios.pt

Ricardo Paes Mamede recusa que o mercado de trabalho seja muito rígido e pede ao Governo – e a quem defende o contrário – que mostre estudos de qualidade de que o comprovem. O professor do ISCTE alinha ainda com o Conselho das Finanças Públicas (CFP) no alerta sobre o impacto que flexibilizar o mercado de trabalho, facilitando os despedimentos, pode ter não só no emprego, como nas contas públicas. E recusa “fadas da confiança” que acreditam que o pacote de alterações à lei laboral proposto pelo Governo vai criar um “boom” de crescimento.

Dizia que uma estratégia para estimular a economia assente em baixar custos para as empresas tem um problema. Qual?

Pagar salários baixos significa incentivar uma economia desqualificada e mandar pessoas mais qualificadas para a emigração. Ter muita flexibilidade no despedimento significa promovermos empresas e setores para quem o fator fundamental de competitividade é o trabalho descartável. Não há países sofisticados a viverem disso. Não é por acaso que o Japão, Singapura, Suécia e Alemanha se tornaram países altamente ricos e sofisticados, tendo legislações laborais muitíssimo mais rígidas do que as nossas.

Falou da flexibilidade do mer-

cado laboral. A legislação laboral é favorável ao crescimento da economia?

Eu gostava de ser convencido do contrário. Quem está a mudar é quem tem de mostrar que nós temos um problema fundamental associado à legislação laboral. Nós não estamos a partir do zero. Portugal teve muitas mexidas na legislação laboral nos últimos 20 anos. Houve, em particular, duas alterações muito profundas, uma em 2003 e outra em 2011-2012, na altura da troika, que alteraram radicalmente a forma de funcionamento do mercado de trabalho em Portugal. Introduziram elementos de flexibilidade – e muitos dos quais não existem noutros países. Eu sei que há muita gente, economistas, comentadores, políticos, que utiliza um indicador específico da OCDE para mostrar que Portugal tem supostamente muita rigidez no mercado de trabalho: o indicador da facilidade de despedimento individual.

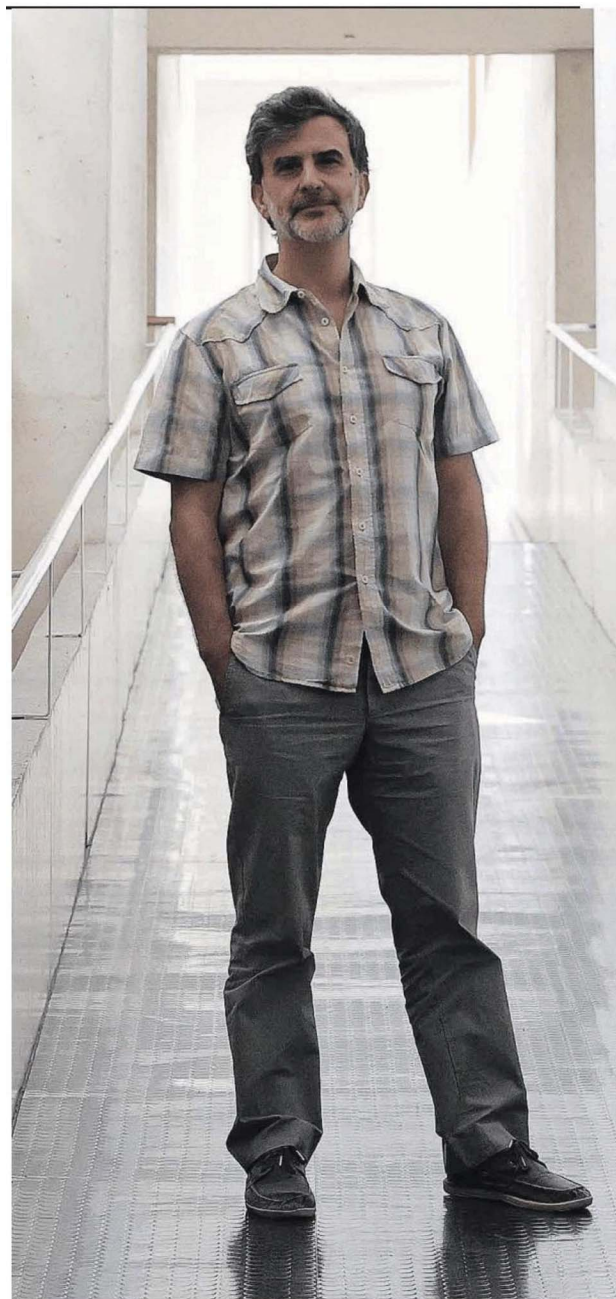
Não é assim?

Portugal tem, no conjunto dos

indicadores, uma situação que não retrata nada um mercado de trabalho muito regulado. Por exemplo, a facilidade de despedimento coletivo em Portugal é maior do que grande parte dos países da OCDE. Além disso, o próprio indicador do despedimento individual é construído com base no que está escrito na lei e ignora aquilo que é prática. Portanto, nós estamos a viver na ficção de que Portugal tem um mercado de trabalho extremamente rígido, do século XIX, como se não tivéssemos já no século XX feito alterações enormes à legislação laboral e sem que houvesse nenhuma evidência na literatura económica que nos permita dizer que liberalizar ainda mais, desregulamentar ainda mais as relações laborais, para além de deteriorar as condições de vida das pessoas de quem trabalham, vai trazer benefícios muito grandes à nossa economia. Eu desafio quem quiser a mostrar-me onde é que estão esses estudos, [mas] estudos que façam meta-análises, que tentam perceber o que a literatura económica diga sobre isso.

“Portugal teve muitas mexidas na legislação laboral nos últimos 20 anos que [já] introduziram flexibilidade.”

“Desafio quem quiser mostrar-me onde estão os estudos [dos benefícios da flexibilização].”



O CFP alertou recentemente que a flexibilidade das alterações legislativas ao Código de Trabalho pode ter impacto nas contas públicas, por poder eventualmente deixar as pessoas mais desprotegidas. É um receio exagerado?

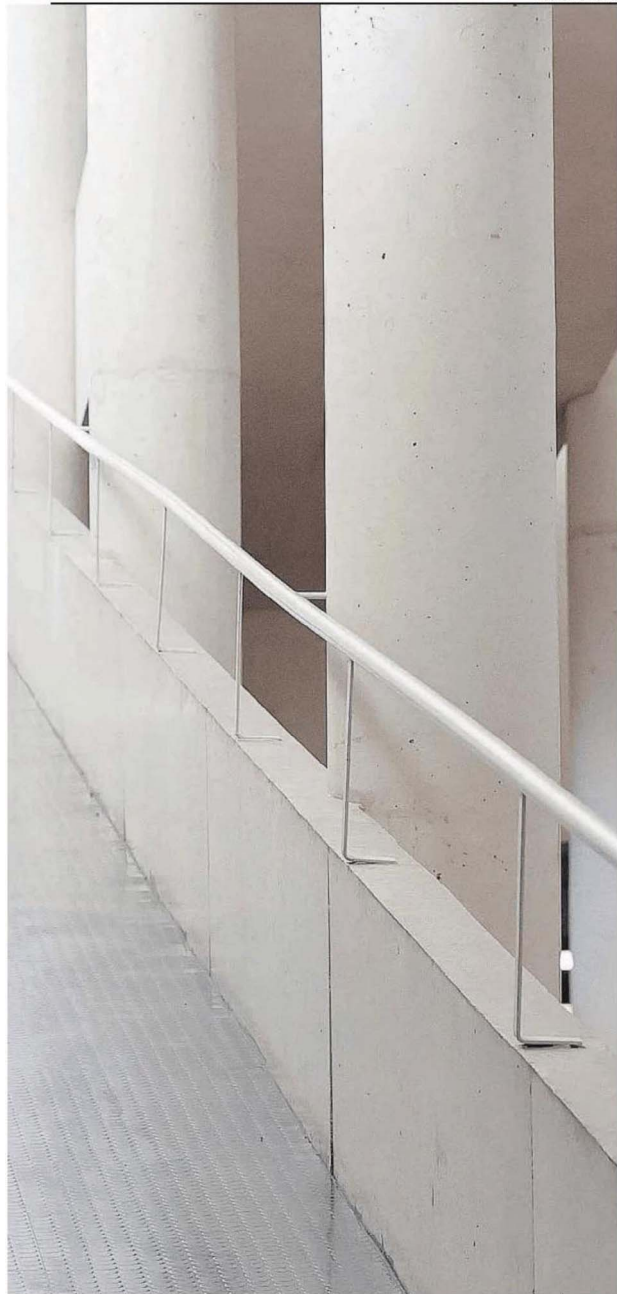
Parece-me evidente que se nós temos uma maior facilidade de, não apenas pôr as pessoas em situação de desemprego, como, e talvez do ponto de vista quantitativo ainda mais importante, de perpetuar relações de trabalho precárias,

isso significa que nós vamos ter menos gente a contribuir para a Segurança Social e mais episódios de necessidade de recorrer à Segurança Social. E, portanto, os riscos do ponto de vista da sustentabilidade financeira da Segurança Social aumentam. Isso parece-me evidente. Só pode acreditar que isso não vai acontecer quem acreditar na fada da confiança que acha que estas mexidas na legislação laboral vão criar um “boom” de crescimento que vai compensar as despesas acrescidas. ■

ID: 119465211

06-10-2025

Pedro Ferreira



Habitação: “Estamos a usar o sistema fiscal para introduzir fontes de injustiça”

Pacote de medidas do Governo até pode estimular a oferta, mas, sem medidas de controlo da procura, não vai ser suficiente para resolver crise da habitação, avisa Ricardo Paes Mamede. Medidas criam “fontes de injustiça” e não travam apetite dos especuladores, diz o economista.

Como é que avalia o pacote de habitação proposto pelo Governo? Pode pôr mais casas no mercado?

No abstrato, as propostas do Governo são intuitivas: se se baixarem os custos da construção através de um abaixamento do IVA, vai haver mais incentivos à construção. Se houver mais facilidade em utilizar diferentes tipos de terrenos para construir, vai haver maior probabilidade de haver construção. Se houver mais benefícios fiscais para quem coloca casas no mercado de arrendamento, vai haver mais casas no mercado de arrendamento. Mas a questão fundamental que nós devemos discutir é se isso está a ser feito de uma forma equitativa.

E está?

O Governo não esteve bem quando sugere que faz sentido reduzir impostos a senhorias que colocam casas para arrendamento por 2.300 euros por mês. Continua a ser uma ínfima minoria a quantidade de portugueses que pagam casas a esse preço e, portanto, ao fazermos isto, estamos a utilizar o sistema fiscal para introduzir fontes de injustiça. Mas mais importante do que isto é, mais uma vez, que o Governo parece acreditar mesmo que, desde que se resolvam os problemas do lado da oferta, se resolve o problema da falta de habitação.

É preciso mexer também

“Enquanto houver alguma perspectiva de subida de preços, os investidores vão continuar a comprar casas.”

“Precisávamos de agir do lado da procura.”

no lado da procura?

Temos de perceber que há elementos do lado da procura que estão a contribuir para esta crise da habitação, que é uma das crises mais importantes com que a Europa hoje se defronta. Nós tivemos durante muitos anos taxas de juros muito baixas, com grande disponibilidade de liquidez. Isso permitiu a constituição de fundos de investimento imobiliário por todo o mundo, que andam à procura de oportunidades. A habitação tornou-se num ativo de investimento. Enquanto houver alguma perspectiva de que os preços das casas possam continuar a aumentar, vai continuar a haver uma tendência para os investidores imobiliários virem comprar casas em Portugal e noutros sítios. E, portanto, se a única coisa que é feita é do lado da oferta, nós o que estamos a fazer é a criar mais ativos para esses investidores internacionais virem fazer especulação.

As medidas do Governo não travam esse apetite?

Seria necessário ter uma capacidade brutal de aumento da oferta de habitação para que isso não acontecesse. Nós temos uma pressão muito grande do lado da procura – e estas medi-

das todas o que têm é um pequeno impacto do lado da oferta. Não podemos estar à espera que isso resolva o problema fundamental do acesso à habitação. Isso significa que nós precisávamos de agir do lado da procura.

Como?

Não dar benefícios fiscais ao investimento imobiliário, conter a procura de casas por residentes não habituais, para efeitos de alojamento local, criar condições de proteger a habitação nos grandes centros urbanos deste tipo de lógicas de natureza fundamentalmente especulativa. E a isso o Governo não diz nada.

Quando se fala em tectonas rendas o contra-argumento é a destruição do mercado de arrendamento.

Eu não conheço ninguém em Portugal que defenda o regresso ao congelamento de rendas que tivemos há umas décadas. É um espantinho que se acentua para contaminar uma discussão racional. É totalmente diferente nós dizermos que dentro de determinadas zonas específicas onde existe pressão pode haver necessidade de intervenções temporárias, pontuais, para controle de custos ou de preços. ■

“Os riscos para a Segurança Social aumentam.”

“Só não vê [isso] quem acredita na fada de confiança e que as alterações vão criar um ‘boom’ de crescimento que compensará efeitos.”

ID: 119465211

06-10-2025

SÉRIE 5 DIAS

ENTREVISTA
RICARDO PAES MAMEDE

“A noção de défice como um problema é equivocada”

“Vivemos na ficção de que o mercado
de trabalho é rígido”, diz o economista.

PRIMEIRA LINHA 4 a 7



Pedro Ferreira